

RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.934 - RS (2017/0030876-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE -RS**
RECORRIDO : **FRANCISCO CARLOS GONCALVES BRONGAR**
ADVOGADOS : **JAQUELINE BÜTTOW SIGNORINI - RS051781**
: **RUBENS SOARES VELLINHO E OUTRO(S) - RS025323**
: **HENRIQUE GIUSTI MOREIRA - RS056449**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL - RIO-GRANDENSE - RS, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPRESSÃO DE VANTAGEM PESSOAL. ABSORÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ARTIGO 54 DA LEI Nº 9.784/1999. PRAZO DECADENCIAL.

A administração terá o prazo de 05 (cinco) anos para proceder à revisão de atos, a partir da data em que foram praticados, decorrido o qual serão os atos convalidados, não cabendo reavaliações, uma vez que operada a coisa julgada administrativa ou preclusão das vias de impugnação interna. No caso posto sob análise, configurada a decadência prevista no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999" (fl. 196e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 203/219e e 242/249e), os quais restaram parcialmente acolhidos, "apenas para fins de prequestionamento", nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISSCUSSÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO EMBARGADO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis para o suprimento de omissão, saneamento de contradição ou esclarecimento de obscuridade no julgamento embargado. A jurisprudência também os admite para a correção de erro material e para fins de prequestionamento.

2. Os embargos declaratórios não se prestam à reforma do julgado proferido, nem substituem os recursos previstos na legislação

processual para que a parte inconformada com o julgamento possa buscar sua revisão ou reforma.

3. Embargos declaratórios parcialmente providos apenas para fins de prequestionamento" (fl. 235e).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SEGUNDOS EMBARGOS. PREQUESTIONAMENTO.

1. Embora seja possível a oposição de embargos declaratórios sucessivos, o vício alegado nos segundos embargos deve dizer respeito ao julgamento dos embargos anteriores, que apresentaria uma nova contradição, obscuridade ou omissão, ou teria deixado de sanar um defeito no acórdão originário, alegado nos embargos anteriores. É incabível suscitar-se, nos segundos embargos, vícios já impugnados nos embargos anteriores.

2. Embargos de declaração parcialmente providos apenas para fins de prequestionamento" (fl. 260e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 535 do CPC/73, 12, **caput** e § 5º, da Lei 8.270/91, 103 do Decreto 200/67 e 54 da Lei 9.784/99, sustentando a nulidade do acórdão por omissão e, no mérito, que:

"(...) incorre em equívoco o acórdão recorrido porquanto a análise da incidência do artigo 54 da Lei 9.784/99, porque o dispositivo de regência exige a presença de ato administrativo que tenha produzido efeitos favoráveis ao destinatário.

Ora, a edição da Lei 11.784/08, não pode ser considerado ato administrativo, tampouco termo inicial do prazo decadencial. Portanto, o dispositivo não é aplicável à controvérsia dos autos porquanto inexistente o ato administrativo exigido pela hipótese de incidência.

Por outro lado, se a diferença a título de VPNI foi estabelecida pela lei para preservar a irredutibilidade salarial, sua absorção pelos novos padrões remuneratórios da carreira é mera consequência de sua natureza transitória, eis que inexistente direito adquirido à manutenção de regime jurídico" (fl. 278e).

Por fim, requer o provimento do recurso

Contrarrazões, a fls. 290/305e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 308e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, objetivando a manutenção do pagamento rubrica 0578 'VANT. PESS. ART 12P/5 L. 8270'.

Julgada procedente a demanda, ante o reconhecimento da decadência, recorreu o réu, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local, exceto quanto aos consectários legais.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Demais, no que tange à questão central, a Corte Regional, valendo-se dos fundamentos da sentença, asseverou, **in verbis**:

"Acerca da questão posta sob análise nos autos, mantenho e adoto como razão de decidir a sentença do Juiz Federal CLÁUDIO GONSALES VALÉRIO, que julgou procedente o pedido nos seguintes termos, grifei:

(...)

Com a instituição de novo padrão remuneratório, ou de reajustes que absorvam a vantagem pessoal, inexistente ilegalidade na supressão da referida vantagem.

Todavia, em que pese não seja ilegal o ato de supressão dentro do prazo legal, a partir do momento em que ocorre a absorção total da vantagem pessoal inicia-se para a Administração a contagem do prazo decadencial referente ao direito de suprimir tal rubrica.

No presente caso a própria parte ré informou e comprovou através de documentação que a absorção da vantagem ocorreu de forma gradual em razão de

sucessivas majorações do padrão remuneratório, tendo a absorção integral acontecido em julho de 2008, em decorrência do aumento dos vencimentos gerado pela Lei n.º 11.784/2008. (evento 32, PLAN2) Salienta-se, outrossim, ser incontroverso nos autos que a supressão do pagamento da vantagem pessoal se deu em março de 2014.

O prazo decadencial para a parte ré cessar o pagamento da vantagem pessoal objeto da presente ação, portanto, iniciou em julho de 2008, pois nesta data foi completamente absorvida a referida vantagem. Assim, tendo sido suprimido o pagamento da citada rubrica somente em março de 2014, quando já decorrido o prazo quinquenal, configurou-se a decadência no presente caso nos termos do previsto na Lei n.º 8.270/91.

Reconhecida a decadência, impõe-se a procedência do pedido" (fl. 191e)

Com efeito, é firme na jurisprudência do STJ, no sentido de que, em se tratando de atos de que decorram efeitos patrimoniais contínuos, como aqueles decorrentes de pagamentos de vencimentos e pensões, nos quais haja pagamento de vantagem considerada irregular pela Administração, o prazo decadencial de cinco anos é contado a partir da percepção do primeiro pagamento indevido, consoante reza o § 1º do art. 54 da Lei 9.784/99.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REVISÃO DE PROVENTOS/PENSÕES. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVER ATO ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÕES CONTÍNUAS. TERMO INICIAL. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO. ART. 54 DA LEI 9.784/1999.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado por Alda Cândida Nascimento Valadares e outros contra ato imputado ao Diretor-Geral e ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, para determinar às autoridades coatoras que se abstenham de proceder a qualquer redução da vantagem do artigo 184, inciso II, da Lei 1.711/1952, bem como a qualquer desconto nos proventos/pensões dos impetrantes, a título de reposição ao erário.
2. É firme no STJ o entendimento de que, em se tratando de

atos de que decorram efeitos patrimoniais contínuos, como aqueles decorrentes de pagamentos de vencimentos e pensões, ocorridos após a entrada em vigor da Lei 9.784/1999, nos quais haja pagamento de vantagem considerada irregular pela Administração, o prazo decadencial de cinco anos é contado a partir da percepção do primeiro pagamento indevido, consoante reza o § 1º do art. 54 da Lei 9.784/1999.

3. *In casu*, cuidando-se de pretensão de revisão de proventos/pensões, o termo inicial do prazo decadencial do art. 54 da Lei 9.784/1999 conta-se a partir do primeiro pagamento errôneo, o que se deu em abril de 2005, findando-se o referido prazo em abril de 2010, não havendo dúvidas de que decaiu o direito da Administração Pública de rever, em maio de 2010, os benefícios percebidos pelos recorrentes.

4. Recurso Especial de Alda Cândida Nascimento Valadares e outros provido, a fim de que seja reformado o acórdão recorrido, para reconhecer a decadência no caso concreto. Julgo prejudicado o Recurso Especial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo" (STJ, REsp 1.758.047/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2018).

Outrossim, no âmbito deste Tribunal Superior, **tem-se considerado a reestruturação da carreira como o marco inicial para a contagem do lustro decadencial para a supressão de vantagens pessoais nominalmente identificadas já absorvidas** (STJ, REsp 1.551.056/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2019).

Nesse norte:

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REVISÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. VPNI INCORPORADA. ALEGAÇÃO DE ABSORÇÃO POR REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. DECADÊNCIA. OCORRÊNCIA. BOA-FÉ DO SERVIDOR. PRESTAÇÕES CONTÍNUAS. TERMO INICIAL. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO. ART. 54, § 1º, DA LEI 9.784/1999. PRECEDENTES. SÚMULAS 568/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A decisão agravada apreciou e decidiu a vexata quaestio devolvida

a esta Corte superior pelo recurso especial dos ora agravados, qual seja, a decadência da pretensão de revisão de pagamento de parcela remuneratória pela Administração (art. 54, § 1º, da Lei 9.784/1999), não havendo que se falar em equívoco na a delimitação da controvérsia.

2. In casu, pretendeu a agravante, em meados de 2014, suprimir o pagamento da parcela remuneratória - 'VPNI do art. 7º § Único da lei 10.483/02' das remunerações dos agravados, ao argumento de que teria sido absorvida, quando da implementação do novo plano de carreiras, instituído pela Lei 11.355/2006. Contudo, diante do lapso temporal havido, tal pretensão foi alcançada pela decadência, nos termos do art. 54, § 1º, da Lei 9.784/1999. Aplicação da Súmula 568/STJ.

3. A decisão agravada, ao dar provimento ao apelo especial dos agravados não garante aos servidores a perpetuação do regime jurídico em que se encontram, assenta tão somente que a pretensão da Administração de suprimir a aludida parcela no ano de 2014, ao argumento de que absorvida pela reestruturação da carreira promovida pela Lei 11.355/2006, teria sido alcançada pela decadência.

4. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.643.363/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 02/05/2017)

"PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 126 DA SÚMULA DO STJ. INOCORRÊNCIA. SERVIDORA PÚBLICA. VANTAGEM PESSOAL INSTITUÍDA POR LEI ESTADUAL. SUPRESSÃO. ATO TIDO POR NULO. REVISÃO OCORRIDA APÓS 13 ANOS. INCIDÊNCIA DA LEI 9.784/99. DECADÊNCIA CONFIGURADA.

1. Não é o caso de incidência da Súmula 126/STJ, pois a menção genérica ao princípio da legalidade não impede a discussão dos demais fundamentos (legislação federal) no âmbito do Recurso Especial, principalmente quando a jurisprudência do STF é pacífica no sentido de que não cabe Recurso Extraordinário se a suposta violação à norma constitucional for reflexa, como ocorre no presente caso.

2. 'A autotutela administrativa dos atos - anuláveis ou nulos - de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários está sujeita ao prazo de decadência quinquenal, previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999' (REsp 1157831/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe

24/04/2012).

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.366.119/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/08/2014).

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DECADÊNCIA. REVISÃO DO PAGAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 54 DA LEI 9.784/1999.

1. Conforme já disposto no decisum combatido, o Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

2. **O ato impugnado ocorreu com o primeiro pagamento concedido em virtude da reestruturação promovida pela Lei 11.784/2008. Diante disso, nos moldes do entendimento firmado pela Corte Especial, não há decadência administrativa, já que esta somente ficaria consumada no ano de 2013, nos termos do art. 54, § 1º, da Lei 9.784/99.**

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 642.188/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2015).

Por conseguinte, descabe a reforma do aresto ora guerreado, que não se afasta da linha dos precedentes do STJ.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora